**REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO**

À Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação

Pelo presente, eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (**Nome do Proponente**), venho requer a inscrição do projeto epigrafado para participação do Edital de Chamamento Público para Apresentação de **Projetos Esportivos 2015**, declarando sob as penas da Lei, estar ciente e de acordo com as normas previstas por este Edital n° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/SEME/2015.

**PROJETO**: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome)

Declaro, ainda, sob as penas da legislação que:

1. todas as informações e demais documentos por mim apresentados, como certidões, declarações e orçamentos que acompanham o projeto são verdadeiros, responsabilizando-me civil e criminalmente;
2. sou o único responsável pelo recolhimento de tributos de qualquer natureza, de pagamentos e direitos autorais e conexos, ou quaisquer outros relativos ao projeto, independente de estarem previstos no orçamento;
3. não possuo menores de 18 (dezoito) anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos realizando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7° da Constituição Federal;
4. não existe no quadro de dirigentes do projeto, membros dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de qualquer esfera de governo e de servidores públicos municipais, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros, ascendentes ou descendentes, até terceiro grau.
5. não estou em mora, inclusive com relação à prestação de contas, inadimplente em outro convênio, bem como não me encontro em situação irregular para com o Município de São Paulo ou com entidade da Administração Pública Municipal Indireta.
6. não recebo recursos do Município para a realização de projetos a qualquer título.
7. tenho conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº 53.177/2012, que estabelece as hipóteses impeditivas de nomeação, contratação, admissão, designação, posse, início de exercício para cargo, emprego ou função pública, em caráter efetivo ou em comissão, e que não incorroem nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Assinatura do Representante Legal**

**(*comprovada por documento hábil*)**

***Importante****: Redigir em papel timbrado do Proponente, quando for o caso.*

*Se o Proponente for pessoa física, apenas seguir o modelo.*

*Rubricar demais folhas deste documento.*